

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO URBANO – CMDU**

**BIÊNIO 2023-2025**

Às nove horas e dezessete minutos do dia doze de abril de dois mil e vinte e quatro, na Associação Comercial de Santos, situada à Rua XV de Novembro, 139, Centro, Santos-SP, realizou-se a 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), biênio 2023-2025. Estavam presentes as pessoas relacionadas na lista de presença anexa. O presidente Arq. Glaucus Renzo Farinello, explicou que por recomendação do Ministério Público, estamos fazendo esta reunião com pauta única do programa Casa Santista. Para ouvir o conselho, se existe alguma contribuição ou sugestão. O Presidente Glaucus informou que esse projeto é fundamental para o desenvolvimento da região central. É dividido em três grupos de beneficiários. O primeiro é das pessoas com renda até três salários mínimos. O Segundo das pessoas com renda entre três e seis salários mínimos. E o Terceiro grupo é dos funcionários públicos. Explicou ainda que é uma Lei que vai apenas autorizar o poder público a promover esse programa e criar mecanismos para ter subsídios. O Presidente abriu para perguntas e sugestões. A Sra. Renata Sioufi Fagundes, do Departamento de Desenvolvimento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – DEDURB/SEDURB questionou se houveram emendas da câmara. O Sr. Marcelo Ignácio, da Companhia de Habitação de Santos – COHAB / SANTISTA, respondeu que não. A Sra. Samara Nishino Bueno de Freitas, do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo – SASP, pediu orientações específicas sobre o valor dos imóveis e qual seria o subsídio por família, em porcentagem de valor do imóvel. O Presidente Glaucus explicou que existe a possibilidade de vínculo com o programa Minha Casa Minha Vida. O Sr. Marcelo Ignácio informou que no programa Minha Casa Minha Vida o valor máximo era de até R\$350mil. O Sr. Douglas Predo Mateus, sugeriu que a Cohab publicasse com antecedência quem se encaixa no programa. Sugeriu ainda que os recursos fossem transferidos para uma conta própria do fundo, para garantir a sustentabilidade do programa. O Sr. Marcelo Ignácio disse que o recurso é específico para esse fim. O Sr. Douglas sugeriu também que as pessoas contempladas contribuíssem financeiramente de alguma forma, ao invés de ser a fundo perdido. O Sr. André Jost Mafra, questionou como funcionará os R\$ 10 milhões previstos no artigo 17, para o ano que vem. O Presidente Glaucus disse que é uma segurança para o investidor, que dá credibilidade para o programa. Não havendo mais contribuições foi passado para assuntos gerais. A Sra. Vitória Santos Oliveira questionou sobre a regulamentação da Lei de cota em atendimento à Lei de Uso e Ocupação do Solo. O Presidente Sr. Glaucus informou que cobrará a equipe técnica.

Não havendo mais nenhuma contribuição, o presidente agradeceu a presença de todos e, como nada mais havia a ser tratado, às dez horas e trinta e sete minutos, deu os trabalhos por encerrados. Eu, Gunther Graf Junior \_\_\_\_\_ lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será ao final subscrita pelo secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Glaucus Renzo Farinello\_\_\_\_\_.